

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.447, DE 2004

Acrescenta dispositivo ao art. 734 do Código Civil, para tratar da identificação, por intermédio do bilhete de passagem, da pessoa transportada.

Autor: Deputado Zé Geraldo

Relator: Deputado Aníbal Gomes

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei cuja finalidade é acrescentar novo parágrafo ao art. 734, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar que o transportador emita bilhete de passagem com informações suficientes para a identificação da pessoa transportada e retenha dele a segunda via.

Sustenta, o autor, que as empresas transportadoras, em geral, não dispõem de informações relativas a identificação dos passageiros que transporta. Afirmar ainda que “em caso de necessidade, como na ocorrência de um acidente, nem sempre o transportador consegue determinar a identidade dos passageiros, o que torna mais complicada qualquer ação que requeira esse tipo de conhecimento”.

Justifica que existem normas federais regulamentando a obrigatoriedade de identificação de passageiros somente para alguns tipos de transportes. Todavia, não há legislação sobre o assunto que contemple as esferas federal, estadual e municipal.

A proposição foi distribuída à Comissão de Viação e Transportes, onde o Deputado Homero Barreto, designado relator, apresentou parecer pugnando pela aprovação do projeto.

Argumentou que a falta de identificação dificulta a determinação da identidade de passageiros em caso de acidentes bem como facilita o embarque de marginais.

O nobre relator, na Comissão de Viação e Transportes, corrobora com a opinião do autor no que se refere à falta de regulamentação do assunto nas três esferas de governo.

A Comissão de Viação e Transportes rejeitou unanimemente o Projeto, nos termos do parecer do Deputado Chico Princesa. Assim, o parecer do Deputado Homero Barreto passou a constituir voto em separado.

No parecer vencedor, o Deputado Chico Princesa sustenta que a União não tem competência para legislar sobre o transporte intermunicipal e urbano de passageiros.

Afirma, também, existirem normas legais estabelecendo a obrigatoriedade de identificação de passageiros em viagens interestaduais e internacionais.

Sustenta, ainda, que a reforma legislativa insere assunto em local inadequado no Código Civil : capítulo que trata da responsabilidade civil referente ao transporte de pessoas.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise conclusiva (art. 24, II, RICD) quanto à sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre transporte, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, XI e 61 da Constituição Federal).

Nesse diapasão prescreve a Carta Magna de 1988:

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre : (...)

XI – trânsito e transporte;”

Afigura-nos, contudo, injurídico o projeto que, uma vez convertido em lei, não terá o condão de se conformar com a coerência e a unidade lógica do ordenamento jurídico. Entretanto, a análise da juridicidade se confunde, neste caso, com a técnica legislativa e com o próprio mérito da proposição, e com ele serão examinadas.

O projeto se propõe a alterar o conteúdo do artigo 734 do Código Civil, visando regulamentar questões atinentes à identificação dos passageiros. Ocorre , porém, que a norma em destaque está inserida na Seção II, do Capítulo XIV, do Título VI do Código Civil , que trata especificamente das disposições referentes ao contrato de transporte de pessoas. Mais precisamente, a norma disposta no artigo 734 dispõe sobre a responsabilidade civil do transportador , não tendo afinidade nenhuma com o teor da proposição em comento.

Ademais, a identificação de passageiros não é assunto pertinente a seara do Direito Civil, mas relacionado às diretrizes da política nacional de transportes.

Os fins a serem atingidos pela proposta são louváveis, todavia os meios não são adequados. Em outras palavras, não é razoável o Código Civil tratar de procedimentos operacionais referentes à política nacional de transportes. Assim , o projeto , na forma em que se apresenta, além de ferir o princípio da razoabilidade, por não haver adequação entre os fins desejados e os meios empregados , não é compatível com os preceitos insculpidos na Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, não só a juridicidade da proposta está maculada, mas também a técnica legislativa não se coaduna com os ditames da Lei Complementar 95/98 , a saber :

“Art. 7º

(...)

II - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou

conexão;”

“Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

(...)

III - para a obtenção de ordem lógica:

(...)

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

Ora, o direito substantivo inserido no presente Projeto de Lei não guarda afinidade, pertinência nem conexão com o Código Civil. Não se pode perder de vista que o Código trata das questões contratuais e da responsabilidade civil em razão das relações entre os transportadores e os usuários do serviço.

Não nos parece, pois, que a matéria ora tratada deva ser disciplinada pelo Código Civil. Seria contra a lógica do ordenamento jurídico vigente. Nesse caso, se aprovada a reforma legislativa, estar-se-ia rompendo com a coerência e com a unidade harmônica do sistema.

Por derradeiro, vale lembrar que a proposição não estabelece regras sobre o modo de armazenamento nem sobre o sigilo das informações. Convém, ainda, esclarecer que o prazo de armazenamento das informações sobre a identificação dos passageiros não é disciplinado pelo projeto.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei Nº 4.447, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Aníbal Gomes
Relator